



PARTE C

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E JUSTIÇA

Gabinetes do Primeiro-Ministro e da Ministra da Justiça

Despacho n.º 4649/2016

Nos termos do n.º 1 do artigo 94.º da Lei n.º 2/2008, de 14 de janeiro, com a última alteração introduzida pela Lei n.º 45/2013, de 3 de julho, é nomeado, em comissão de serviço, para o cargo de Diretor do Centro de Estudos Judiciários, o licenciado João Manuel da Silva Miguel, Juiz Conselheiro, possuidor de reconhecida aptidão e experiência profissional adequada ao cargo, como se evidencia na síntese curricular publicada em anexo ao presente despacho, dele fazendo parte integrante.

Foi ouvido o Conselho Geral do Centro de Estudos Judiciários que, por unanimidade, se pronunciou favoravelmente e obtida a autorização devida do Conselho Superior da Magistratura.

O presente despacho produz efeitos a partir de 1 de abril de 2016.

29 de março de 2016. — O Primeiro-Ministro, *António Luís Santos da Costa*. — 21 de março de 2016. — A Ministra da Justiça, *Francisca Eugénia da Silva Dias Van Dunem*.

Síntese Curricular

Dados Biográficos

João Manuel da Silva Miguel

É natural do concelho de Loulé, onde nasceu em 1953.

Percurso Académico e Profissional

Frequentou o Liceu Nacional de Faro, onde completou os estudos secundários, e licenciou-se em Direito, pela Faculdade de Direito da Universidade Clássica de Lisboa, em julho de 1977.

Ingressou na magistratura do Ministério Público em 1978, após aproveitamento do concurso e estágio para ingresso, tendo sido Delegado do Procurador da República nas comarcas do Seixal (1979) e Oeiras (1979-1988).

Foi assessor do Gabinete do Procurador-Geral da República, de 1989 a 2000.

Nomeado procurador-geral adjunto, foi vogal do Conselho Consultivo da Procuradoria-Geral da República (2000-2010) e no Supremo Tribunal de Justiça (2014), Agente do Estado junto do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem e do Comité dos Direitos Humanos das Nações Unidas (2003-2010), e membro nacional de Portugal na Eurojust, na Haia, Países Baixos, de 2010 a 2013.

Foi representante português, de 2003 a 2010, junto do Comité Diretor para os Direitos do Homem e do Comité de Peritos para o Aperfeiçoamento dos Meios de Proteção dos Direitos do Homem do Conselho da Europa.

Representante português no Conselho Consultivo de Procuradores Europeus do Conselho da Europa, de 2005 a 2014, foi seu vice-presidente de 2008-2010, e presidente, de 2010 a 2012.

Foi formador do Centro de Estudos Judiciários, nomeadamente, sobre a «Convenção Europeia dos Direitos do Homem» e sobre «A Eurojust e a Cooperação e Coordenação em Matéria Penal no Espaço da União Europeia» e coordenou o curso de pós-graduação em «Justiça Europeia Sobre Direitos Humanos» na Faculdade de Direito de Coimbra.

Tem presidido a júris de provas escritas e orais de concursos para auditores de justiça ao Centro de Estudos Judiciários.

Tem intervindo como orador ou moderador em inúmeros seminários, cursos, colóquios, congressos, conferências, mesas redondas e iniciativas similares, nomeadamente sobre questões de Direitos do Homem, de cooperação judiciária internacional e de justiça penal internacional.

É autor de diversos artigos publicados em revistas da especialidade, nacionais e estrangeiras, relativos a temas jurídicos e em particular sobre o Ministério Público, o Tribunal Penal Internacional e Direitos do Homem.

Foi representante da Procuradoria-Geral da República junto de diversas entidades e organismos no âmbito de estudos e iniciativas para o desenvolvimento da informática e do sistema de informação estatística da justiça, bem como da luta e do combate à droga.

Foi Membro da Delegação Portuguesa ao Comité Preparatório, à Conferência Diplomática e à Comissão Preparatória do Tribunal Penal Internacional, bem como do Grupo de Trabalho encarregado de preparar a legislação para implementar o Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional, cuja lei viria a ser aprovada e publicada em 2004.

É Juiz Conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça.

209473286

FINANÇAS E DEFESA NACIONAL

Gabinetes dos Secretários de Estado Adjunto, do Tesouro e das Finanças e da Defesa Nacional

Despacho n.º 4650/2016

Considerando que Portugal, enquanto Nação hospedeira da NATO, possui várias infraestruturas NATO a seu cargo, entre elas, o Depósito POL NATO de Lisboa (DPNL), criado com a missão de armazenar combustíveis destinados a abastecer os meios operacionais da NATO;

Considerando que, nos últimos anos, por alteração da estratégia da NATO, o DPNL não é utilizado para os fins que ditaram a sua construção;

Considerando que as instalações do DPNL integram o domínio público militar e que a sua gestão, utilização e manutenção tem pertencido à Marinha Portuguesa em colaboração com a Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional;

Considerando que estas instalações estão sobredimensionadas face às necessidades da Marinha Portuguesa, que não antevê qualquer utilização futura para as mesmas;

Considerando os elevados custos de manutenção e a necessidade de melhorias e atualizações do DPNL que permitam atingir o padrão observado nos parques de combustíveis comerciais, como sejam a harmonização com as medidas de segurança, física e ambiental;

Considerando que a NATO incentiva as nações hospedeiras a celebrar contratos com outras entidades, a fim de minimizar os seus custos através dessa rentabilização, com os inerentes benefícios para uma gestão racional do património do Estado afeto à Defesa Nacional;

Considerando que a Entidade Nacional para o Mercado de Combustíveis, EP (ENMC) manifestou interesse em celebrar um contrato de cedência de utilização dessas mesmas instalações;

Considerando, finalmente, que nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto, os imóveis do domínio público podem ser cedidos a título precário para utilização por outras entidades públicas;

Assim, determina-se:

1 — A cedência de utilização, a título precário, das Instalações de Combustíveis do Depósito POL NATO de Lisboa (DPNL), incluindo todas as linhas de oleodutos existentes ou que ligam as várias zonas destas instalações, bem como as linhas que conectam o DPNL à Base Naval de Lisboa e o DPNL à Base Aérea n.º 6, no Montijo, para armazenagem e movimentação de combustíveis, à Entidade Nacional para o Mercado de Combustíveis, EPE, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto, mediante a contrapartida anual do valor de € 1 104 720,00 (um milhão cento e quatro mil setecentos e vinte euros), pelo prazo de 25 anos.

2 — Que a contrapartida referida no número anterior pode ser parcialmente satisfeita através de investimentos de melhoria no DPNL, desde que previamente autorizados pela Direção-Geral dos Recursos da Defesa Nacional.

3 — Que os investimentos a concretizar durante o prazo da cedência constam do Plano de Investimentos anexo ao presente Despacho Conjunto, que dele faz parte integrante.

4 — Que a componente de investimento a considerar para efeitos de contrapartida pode ser deduzida ao valor indicado no n.º 1, nos anos seguintes à sua realização e após homologação pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças, com base nos elementos fornecidos pela ENMC, ficando sempre ressalvado o pagamento, em cada ano, do mínimo de € 390 000,00 (trezentos e noventa mil euros).

5 — Que os valores indicados nos números 1 e 4 são atualizados anualmente pela aplicação da taxa de inflação do ano civil anterior, publicada pelo INE.

6 — Que a afetação do valor resultante da cedência se faça nos seguintes termos:

a) 5 % do montante à Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF), nos termos do n.º 2 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto, na redação atual;

b) 5 % do montante ao Fundo de Reabilitação e Conservação Patrimonial, nos termos da alínea c) do n.º 4 do artigo 13.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 dezembro;

c) O remanescente ao MDN [Capítulo 01.05.01 — (F.F. 123) — 07.1.14 — Investimentos Militares], com vista à construção e manutenção de infraestruturas militares afetas ao MDN e para aquisição de equipamentos e bens necessários à modernização das Forças Armadas, nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 13.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 dezembro, ou norma equivalente.

7 — Que a utilização da infraestrutura seja em regime de uso partilhado e prioritário pela OTAN, conforme consta no parágrafo 15, do SUNI (Shared Civil/Military Usage of NATO Infrastructure), de agosto de 1993, atualizado em 25 de abril de 2002.

8 — Que a cedência seja formalizada por Auto de Cedência de Utilização, a celebrar entre a Entidade Nacional para o Mercado de Combustíveis, EPE, e o Estado Português, representado pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças e pela Direção-Geral dos Recursos da

Defesa Nacional, no qual são fixadas as condições a que a mesma está sujeita.

23 de março de 2016. — O Secretário de Estado Adjunto, do Tesouro e das Finanças, *Ricardo Emanuel Martins Mourinho Félix*. — 24 de março de 2016. — O Secretário de Estado da Defesa Nacional, *Marcos da Cunha e Lorena Perestrello de Vasconcellos*.

209472549

FINANÇAS E TRABALHO, SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL

Caixa Geral de Aposentações, I. P.

Aviso n.º 4552/2016

Em cumprimento do disposto no artigo 100.º do Decreto-Lei n.º 498/72, de 9 de dezembro (Estatuto da Aposentação), torna-se pública a lista dos aposentados e reformados a seguir identificados que, a partir do próximo mês de maio, ou desde as datas que se indicam, passam a ser abonados da respetiva pensão pela Caixa Geral de Aposentações:

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

VÍTOR MANUEL MONTEIRO MENDES	ASSISTENTE OPERACIONAL	SECRETARIA-GERAL	€ 984,06
------------------------------	------------------------	------------------	----------

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

ANA MARIA BRITO PISSARRA BASTO	ASSISTENTE TÉCNICA	SECRETARIA-GERAL	€ 916,22
MARIA CÂNDIDA VALDEZ MARCELO SANTOS	TÉCNICA SUPERIOR	SECRETARIA-GERAL	€ 895,13

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO MINISTROS

MINISTRO ADJUNTO

ABÍLIO MARTINS OLIVEIRA	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE GONDOMAR	€ 549,28
ADELINO ASSUNÇÃO MELO	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE TAROUCA	€ 245,79
ADELINO SILVA FERREIRA	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE MARCO DE CANAVESES	€ 521,63
ADRIANO JOAQUIM FERREIRA ARAÚJO	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE BRAGA	€ 592,96
AFONSO JOSÉ CARREIRA PEDRO	ASSISTENTE TÉCNICO	MUNICÍPIO DE NAZARÉ	€ 763,59
AGOSTINHO RODRIGUES LOURENÇO	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE VILA POUCA DE AGUIAR	€ 597,17
ALFREDO MARTINS PERES	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE CASTELO BRANCO	€ 594,53
ALFREDO MARTINS SILVA	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL	€ 312,03
ANA CRISTINA NUNES CARVALHO SOARES	ASSISTENTE OPERACIONAL	SERV INTERM ÁGUAS RESID LOURES ODIVELAS	€ 445,60
ANA MARIA MENDES COSTA MACHADO	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE PAÇOS DE FERREIRA	€ 371,79
ANA MARIA SALGUEIRO SILVA OLIVEIRA	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE RIO MAIOR	€ 417,74
ANA MONTEIRO SILVA CORREIA	ASSISTENTE OPERACIONAL	FREGUESIA DE RAMADA E CANEÇAS	€ 256,20
ANÍBAL AUGUSTO MOREIRA SOUSA	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE FORNOS DE ALGODRES	€ 367,64
ANTERO HENRIQUE ENCARNAÇÃO DIAS	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE OLHÃO	€ 743,08
ANTÓNIO BARBOSA PINTO	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE PENAFIEL	€ 520,30
ANTÓNIO CARMO MARTINS	ASSISTENTE OPERACIONAL	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE MOURA	€ 452,23
ANTÓNIO FERNANDO LIMA MOURA SILVA	ASSISTENTE TÉCNICO	MUNICÍPIO DE GONDOMAR	€ 610,40
ANTÓNIO JOAQUIM MURTEIRA FRESCA	ASSISTENTE OPERACIONAL	SERV MUNIC ÁGUA E SANEAMENTO SINTRA	€ 880,73
ANTÓNIO JOSÉ DUARTE	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE ALBUFEIRA	€ 503,93
ANTÓNIO MARIA GUERREIRO GONÇALVES	ASSISTENTE OPERACIONAL	FREG S CACÉM, S CRUZ E S BARTOLOM SERRA	€ 514,02
ARMANDO LOURENÇO ALVES	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE SILVES	€ 410,20
AUGUSTO JACINTO BORGAS SILVA	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE VILA DO BISPO	€ 533,36
BEATRIZ NUNES SILVA	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE VILA DE REI	€ 380,56
BENTO GORDUCHO VITORINO MACHADO	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE MOURA	€ 374,68
CARLOS ALBERTO LIMA SÁ	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE ESPOSENDE	€ 900,20
CARLOS AUGUSTO SEMIÃO SOUSA	TÉCNICO SUPERIOR	MUNICÍPIO DE MOITA	€ 1 024,43
CARLOS MANUEL GONÇALVES SANTOS	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE SILVES	€ 756,33
CARLOS MANUEL SILVA BRITO	TÉCNICO SUPERIOR	MUNICÍPIO DE PORTIMÃO	€ 1 668,66
CARMINDA CONCEIÇÃO OLIVEIRA LOPES	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE TOMAR	€ 406,06
CLEMENTE SILVA COSTA	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE GUIMARÃES	€ 568,09
DANIEL ASSEICEIRA MENDES	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE CHAMUSCA	€ 256,20
DÁRIO GONÇALVES CORREIA	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE VILA FRANCA DE XIRA	€ 527,69
DEONILDE ALVES NUNES SILVA CRUZ	ASSISTENTE OPERACIONAL	FREG DE CAMARATE, UNHOS E APELAÇÃO	€ 374,33
DIAMANTINO ROSA RAMOS	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE LAGOS	€ 600,64
EDUARDO AUGUSTO OLIVEIRA LIMA	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE VILA DE REI	€ 756,30
EMÍLIA NEVES REIS CARVALHO	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE BARQUINHA	€ 537,55
ESPERANÇA PIRES COITO ALVES	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE PINHEL	€ 503,30
FERNANDO NUNES ROCHA	ENCARRREGADO	MUNICÍPIO DE PENAFIEL	€ 549,95
FILIPA ANDRIÇÃO ANDAQUE AVARESSO CORREIA	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE LAGOS	€ 406,06
FRANCISCO MIRANDA LEANDRO	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE MOITA	€ 379,04
HENRIQUE SILVA RODRIGUES	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE SILVES	€ 590,47
HERMÍNIO CONCEIÇÃO FELICIANO	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE LOURES	€ 672,60
ISABEL JOANA JESUS CHANTRE	ASSISTENTE OPERACIONAL	SERV MUNIC ÁGUA SANEAMENTO ALMADA	€ 593,89
JOÃO EDUARDO RODRIGUES MARTINS	ASSISTENTE TÉCNICO	MUNICÍPIO DE TAVIRA	€ 1 094,99
JOÃO RIBEIRO GARCIA	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE OLEIROS	€ 431,06
JOAQUIM AMARO PALHAIS GRILO	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE MORA	€ 380,56